

**Ministério da Integração Nacional****SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL****PORTARIA Nº 43, DE 16 DE MARÇO DE 2015**

Autoriza empenho e transferência de recursos complementares para ações de Defesa Civil ao Município de Rio Branco - AC.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos complementares ao Município de Rio Branco - AC, no valor de R\$ 4.369.681,39 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), para a execução de ações de Restabelecimento, conforme processo nº 59050.000217/2015-61.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

**Ministério da Justiça****CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA****RESOLUÇÃO Nº 12, DE 11 DE MARÇO DE 2015**

Disciplina o procedimento de consulta previsto nos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei nº 12.529/2011.

O PLENÁRIO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e pelo art. 231 do Regimento Interno do CADE, aprovado pela Resolução nº 01, de 29 de maio de 2012, resolve:

**Sessão I**

Da Admissibilidade da Consulta

Art. 1º. Qualquer parte interessada poderá formular Consulta ao Tribunal Administrativo do Cade, nos termos dos arts. 9º, § 4º, bem como do art. 23, da Lei 12.529, de 2011, solicitando-lhe seu posicionamento sobre a aplicação da legislação concorrencial em relação a hipóteses de fato específicas, nos termos da presente Resolução.

Parágrafo único. Consideram-se interessados tanto o agente diretamente envolvido, quanto entidades ou associações que nas suas finalidades institucionais representem o setor e demonstrem o interesse de mais de um associado na questão objeto da consulta.

Art. 2º. As Consultas aqui regulamentadas poderão versar sobre:

I - a interpretação da legislação ou da regulamentação do Cade atinentes ao controle de atos de concentração, em relação a certas operações ou situações de fato adequadamente definidas;

II - a licitude de atos, contratos, estratégias empresariais ou condutas de qualquer tipo, já iniciadas pela parte consulente; ou

III - a licitude de atos, contratos, estratégias empresariais ou condutas de qualquer tipo, já concebidas e planejadas, mas ainda não iniciadas pela parte consulente.

**Sessão II**

Da Solicitação e de seus Requisitos

Art. 3º. O pedido de Consulta deverá obrigatoriamente conter:

I - a qualificação da parte consulente e, quando necessário para a compreensão da Consulta, a identificação das demais partes envolvidas;

II - a indicação precisa de seu objeto, incluindo uma descrição completa e exaustiva de todos os fatos reputados relevantes;

III - toda a documentação necessária à análise;

IV - a indicação de todos os dispositivos de lei e precedentes do Cade eventualmente relacionados ao seu objeto, bem como da questão específica que se pretende ver respondida;

V - a comprovação do legítimo interesse da parte; e

VI - quando se tratar da hipótese prevista no art. 2º, II, a declaração de que os fatos objeto da consulta não são objeto de nenhuma investigação ou processo administrativo pendentes ou já julgados pelo Cade.

Art. 4º. A Consulta será indeferida de plano quando:

I - houver sido formulada por terceiro não envolvido diretamente na transação ou conduta submetidas à análise;

II - disser respeito a práticas que estejam em curso de investigação junto ao Cade ou que já tenham sido consideradas pelo órgão como infrações à ordem econômica;

III - exigir, para sua análise, consideração de fatos outros além daqueles descritos e comprovados na Consulta;

IV - envolver questão puramente hipotética;

V - não permitir, a partir exclusivamente das informações fornecidas, uma resposta adequadamente informada por parte do Cade;

VI - envolver tema alheio às competências do Cade; e

VII - versar sobre hipótese já disciplinada em ato normativo ou súmula do Cade.

**Sessão III**

Do Processamento do Pedido

Art. 5º. O pedido será dirigido ao Presidente do Cade, que determinará seu registro e providenciará sua distribuição, mediante sorteio, a um dos demais membros do Tribunal Administrativo, na primeira sessão de distribuição subsequente.

Art. 6º. A Consulta deverá ser levada a julgamento no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da distribuição do feito a um Conselheiro Relator.

Art. 7º. A Consulta será analisada e respondida com base nas informações prestadas pela parte consulente, podendo o Relator valer-se, contudo, de quaisquer outras informações adicionais disponíveis em fontes públicas dotadas de credibilidade, ou constantes de decisões ou análises anteriores do Cade às quais já tenha sido dada adequada publicidade.

**Sessão IV**

Da Decisão e de seus Efeitos

Art. 8º. A resposta à Consulta se circunscreverá especificamente ao exame da questão que constar de seu objeto, e será vinculante, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, para o Tribunal Administrativo e para as partes consulentes, nos limites estritos dos fatos originalmente expostos pelas partes consulentes.

Art. 9º. O caráter vinculante da resposta, tal como circumscrito nos termos do artigo anterior não prejudicará o direito do Tribunal de reconsiderar posteriormente sua interpretação sobre as questões jurídicas e/ou fáticas envolvidas, ou mesmo, se o interesse público assim o exigir, de determinar, subsequentemente, a cessação da própria prática analisada, em virtude da existência de fatos ou motivos novos, sendo vedada a aplicação retroativa da nova interpretação para aplicação de qualquer penalidade às partes consulentes ou a qualquer administrado.

Art. 10. Quando o fundamento da Consulta for, direta ou indiretamente, a existência de precedentes anteriores do Cade divergentes quanto ao seu objeto, o Tribunal poderá, a seu critério, dar ao julgamento eficácia adicional de uniformização de jurisprudência, hipótese em que fará editar súmula atinente a seu objeto.

Parágrafo único. A aprovação concomitante da súmula, nos termos previstos neste artigo, dispensará os requisitos dos incisos I e II do Art. 65, § 2º, do Regimento Interno do Cade, mas exigirá aprovação pela maioria absoluta do Plenário.

Art. 11. Quando, na hipótese do inciso II do art. 2º desta Resolução, o Tribunal entender pela existência de indícios de ilicitude da conduta já iniciada, será determinada, na mesma decisão, a conversão do procedimento de Consulta em uma das espécies previstas nos incisos I, II ou III do art. 48 da Lei 12.529, de 2011, respeitando-se os requisitos de instauração correspondentes a cada uma dessas espécies processuais.

Art. 12. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO  
Presidente do Cade

**ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO**

Às 10:12h do dia onze de março de dois mil e quinze, o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade, Ana Frazão, Marcio de Oliveira Júnior e Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Lafayete Josué Petter, e o Secretário Substituto do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

**JULGAMENTOS**

2. Processo Administrativo nº 08012.003918/2005-04

Representante: SDE Ex-Officio

Representada: Telemar Norte Leste S.A.

Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande, Sherman Chrystie Miranda e Silva, Ludmylla Scalia Lima e outros

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Impedido o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

Manifestou-se oralmente o advogado Caio Mário da Silva Pereira Neto pela Representada.

Decisão: Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do processo por insuficiência de indícios de infração à ordem econômica; a Conselheira Ana Frazão apresentou voto vogal pela condenação da Representada pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, I e IV c/c art. 21, IV e V, da Lei 8.884/94, com aplicação de multa no valor de R\$ 26.588.422,59 (vinte e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos); o Plenário, por maioria, determinou a condenação da Representada, nos termos do voto vogal da Conselheira Ana Frazão. Vencido o Conselheiro Relator.

5. Processo Administrativo nº 08012.006647/2004-50

Representante: SDE Ex Officio

Representados: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, Associação Paulista de Medicina - APM e Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP

Advogados: Alessandro Piccolo Acayaba de Toledo, Antônio Carlos Mendes, Bianca de Filippo Turati, Edson Gramuglia Araujo, Fábio Carneiro Bueno Oliveira, Francine Curtolo Acayaba de Toledo, Fernando Acayaba de Toledo, Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Lucas Gieron Fonseca e Silva, Marisa Fátima Galeski, Rodrigo Octávio Broglia Mendes, Takao Amano, Thalita Abdala Aris, Venício Di Gregorio e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Manifestou-se o advogado Edson Gramuglia Araujo pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP.

Após o voto do Conselheiro Relator pela condenação dos Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I, II, III e IV, c/c art. 21, inc. II, V, X e XIV, ambos da Lei 8.884/94, com aplicação de multa ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) no valor de R\$ 212.820,00 (duzentos e doze mil, oitocentos e vinte reais); à Associação Paulista de Medicina (APM), no valor de R\$ 85.128,00 (oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais); ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP), no valor de R\$ 85.128,00 (oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais); bem como multa diária de R\$ 5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos), em caso de continuidade da conduta; e às demais obrigações: a) que abstenham-se de fixar tabelas de preços mínimos, promover boicotes e paralisações no atendimento de planos de saúde e obrigar médicos a adotarem a tabela de preços estabelecida com ameaça de investigação disciplinar; e b) que os Representados comuniquem a presente decisão a cada um dos seus filiados/associados, o que deve ser comprovado perante o CADE em até 30 (trinta) dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial da União; manifestou-se a Conselheira Ana Frazão acompanhando o voto do Conselheiro Relator com ressalva no que se refere exclusivamente aos honorários relativos a serviços prestados pelos médicos, que estariam acobertados pela excludente de ilicitude relativa ao exercício do poder compensatório, e divergindo no tocante à dosimetria das penas, para que fossem aplicadas multas nos seguintes valores: a) ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) no valor de R\$ 85.128,00 (oitenta e cinco mil, cento e vinte e oito reais); b) à Associação Paulista de Medicina (APM), no valor de R\$ 63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais); e c) ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP), no valor de R\$ 63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais); bem como em parte das obrigações acessórias.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados e, por maioria, aplicou as multas e obrigações acessórias constantes do voto do Conselheiro Relator. Vencida a Conselheira Ana Frazão no tocante à dosimetria das penas e em relação à parte das obrigações acessórias.

As 12:45h, o Presidente do CADE suspendeu a sessão. Os trabalhos de julgamento foram retomados às 14:38h.

1. Processo Administrativo nº 08012.004736/2005-42

Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF

Representados: Shell Brasil Ltda (atual Raizen Combustíveis S.A.) e Odon de Oliveira Mendes

Advogados: Mauro Grinberg, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Fábio Alessandro Malatesta, Beatriz Malerba Cravo, Camilla Chagas Paolletti, Ricardo Casanova Motta e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Voto Vista: Conselheira Ana Frazão

Impedidos o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho, e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Na 48ª SOJ manifestou-se oralmente o advogado Mauro Grinberg pela Raízen Combustíveis S.A. (atual denominação de Shell Brasil Ltda.). Na sequência, o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, teceu esclarecimentos acerca do Parecer proferido pela Procuradoria Federal em análise da prescrição suscitada no presente caso, especificamente